

Questão nº 1

a) Fundamentação teórico-conceitual

- **Capital autorizado:** é o capital que consta no estatuto da Companhia sendo o limite para autorização do aumento do capital social independentemente de reforma estatutária.
- **Bônus de subscrição:** são títulos negociáveis, emitidos somente pelas sociedades anônimas de capital autorizado, sejam elas de capital aberto ou fechado, que dão a seus titulares o direito de subscrever ações do capital social, que será exercido pela apresentação do título à Companhia e pagamento do preço de emissão das ações.

(Valor: 3,0 pontos)

b) Valor da reserva legal a ser constituída no balanço patrimonial de 31/12/ 2010 = R\$ 65.000,00

Capital realizado	6.500.000,00	–	1.500.000,00	–	<u>5.000.000,00</u>	
<u>LIMITE FACULTATIVO</u>						
30% x 5.000.000,00 =						1.500.000,00
Reserva Legal			935.000,00			
Alienação Partes beneficiadas			45.000,00			
Alienação de Bônus			450.000,00			<u>(1.430.000,00)</u>
LIMITE FACULTATIVO						70.000,00
<u>LIMITE OBRIGATÓRIO</u>						
20% x 5.000.000,00 =			1.000.000,00			
(-) Reserva Legal			(935.000,00)			
(=) LIMITE OBRIGATÓRIO						<u>65.000,00</u>
<u>RESERVA LEGAL POSSÍVEL</u>						
2.000.000,00 x 5% =			100.000,00			

RESPOSTA = 65.000,00. A Reserva Legal não pode ultrapassar o limite obrigatório

(Valor: 3,0 pontos)

- c) Procedimentos cabíveis quando da constituição da Reserva Legal

Análises preliminares:

Prejuízo Acumulado: existindo prejuízo acumulado no balanço anterior, o seu valor deve ser reduzido do lucro líquido do exercício corrente para apurar a base cálculo da reserva legal.

Limite facultativo: quando a reserva adicionada às reservas de capital exceder a 30% do capital social realizado cabe à Companhia decidir se faz ou não faz a constituição da reserva legal.

Limite obrigatório: o saldo da reserva legal não poderá exceder a 20% do capital social realizado.

Constituição da reserva: feita antes de qualquer outra distribuição em valor igual ao resultado da aplicação de 5% sobre a base de cálculo.

(Valor: 4,0 pontos)

Questão nº 2

- a) Percentual mínimo dos Dividendos obrigatórios quando introduzido em estatuto anteriormente omissos, nos termos da lei societária = 25%

Base de cálculo dos dividendos

Lucro líquido do exercício	2.000.000,00
(-) Reserva Legal (*1)	<u>(65.000,00)</u>
(=) Base de cálculo dos dividendos	1.935.000,00

Dividendos mínimos obrigatórios

Dividendos mínimos = $1.935.000,00 * 25\%$ 483.750,00

Valor dos dividendos obrigatórios: R\$ 483.750,00

(Valor: 6,0 pontos)

- b) Os lucros não destinados, de acordo com as determinações da lei societária, devem ser distribuídos como dividendos.

(Valor: 4,0 pontos)

Questão nº 3

- a) De forma mais simples, o cálculo do VEA pode ser efetuado deduzindo-se do resultado operacional o custo de cada fonte de capital selecionada pela empresa.

O cálculo do VEA pode também ser desenvolvido por meio do custo médio ponderado de capital (WACC), definido como o retorno mínimo exigido por credores e acionistas. O WACC é determinado, conforme comentado, pela ponderação de cada fonte de financiamento com seu respectivo custo.

O VEA pode ainda ser apurado mediante uma formulação mais analítica:

$$\text{VEA} = (\text{ROI} - \text{WACC}) \times \text{INVESTIMENTO}$$

(Valor: 5,0 pontos)

- b) Cálculo do valor econômico agregado

Forma simples:

Itens	Valores
Resultado operacional líquido	2.250.000,00
Remuneração exigida pelos credores (5.000.000 x 0,12)	(600.000,00)
Remuneração exigida pelos acionistas (15.000.000 x 0,10)	(1.500.000,00)
VEA	150.000,00

OU

Com o uso do custo médio ponderado de capital:

Itens	Valores
Capital próprio = 0,75 x 0,10 = 0,0750	
Capital de terceiros = 0,25 x 0,12 = 0,03	0,1050
Resultado operacional líquido	2.250.000,00
CMPC 0,1050 x 20.000.000,00	(2.100.000)
VEA	150.000,00

OU

Com o Uso do ROI

Itens	Valores
ROI = 2.250.000 / 20.000.000 = 0,1125	
CMPC 0,1050	
Diferença entre ROI e CMPC = 0,1125 - 0,1050	0,0075
Investimento total	20.000.000,00
Diferença entre ROI e CMPC = 0,0075 x 20.000.000	150.000,00
VEA	150.000,00

(Valor: 5,0 pontos)

Questão nº 4

a) Manter os saldos das reservas de reavaliação, existentes em 29/05/2008, evidenciados nas respectivas contas de reserva, até à data de sua efetiva realização por

- Depreciação
- Baixa
- Alienação do ativo reavaliado

(Valor: 4,0 pontos)

b) Enquanto forem remanescentes, os saldos das reservas de reavaliação devem ser evidenciados em notas explicativas às demonstrações contábeis, informando:

- Os critérios e procedimentos de realização da reserva
- Os respectivos efeitos na base de cálculo de distribuição de
 - participações
 - dividendos
 - bonificações

(Valor: 6,0 pontos)

Questão nº 5

- a) Data da transição para o IFRS 1: 1º de janeiro de 2009

Fundamentação no IFRS 1

A data de transição para o IFRS é a mais antiga em que a Companhia apresenta a plena informação comparativa.

Como são as primeiras demonstrações em IFRS, tem-se que fazer declaração explícita e sem reservas de conformidade com todas as normas do IFRS, nos termos do IASB.

(Valor: 4,0 pontos)

- b) **Ágio:**

Não precisa recalcular o ágio.

O ágio será avaliado pelo valor recuperável do ativo (*impairment*) na data da transição para o IFRS.

Deságio:

Será baixado contra lucros acumulados no balanço de abertura do IFRS.

O deságio não representa uma obrigação presente da entidade ou uma obrigação de entregar caixa em data futura para outra parte.

(Valor: 6,0 pontos)